

General Espírito Santo: Um Chefe Militar Valoroso

General Espírito Santo: Um Chefe Militar Valoroso*

Ultimamente uma parte considerável da minha vida é passada entre hospitais e cemitérios. É, indubitavelmente, um ciclo da própria vida...

Porém, nada agradável.

O meu distinto camarada e historiador militar Tenente-coronel Abílio Lousada, outro bragançano dos quatro costados, escreveu um belo texto (que merecia publicação) sobre o General Espírito Santo, falecido no pretérito dia 16 de Outubro, aos 79 anos de idade.

Este texto diz quase tudo sobre este ilustre militar e académico, ficando muito difícil acrescentar algo mais.

Espírito Santo era um português telúrico que ganhou jus a ficar na História do Exército Português e na memória das várias instituições de que fazia parte.

Artilheiro de origem, era um profundo conhecedor da História Militar Portuguesa e o “ADN” do Exército Português estava-lhe entranhado em todas as fibras do seu ser.

O General Espírito Santo aprendeu muito na “Escola” de dois outros ilustres chefes militares, os Generais Bettencourt Rodrigues e Firmino Miguel. Embora estejamos em crer, que mais na do segundo do que na do primeiro.

Foi um militar completo, com experiência de tempo de paz, crise e guerra, passando pela difícil experiência do 25/4 e “PREC”, sem mácula que se conheça.

Foi vasta também, a sua experiência de organizações internacionais de defesa, nomeadamente a OTAN.

E era conhecido e apreciado pela lhaneza de trato, boa disposição e intimismo que colocava nas relações pessoais.

Era, outrossim, um homem de família e o desvelo com que se empenhava no acompanhamento do crescimento dos netos, era notório.

A sua folha de serviços justifica por si só (independentemente de eventuais injustiças, ainda pendentes), a atribuição da alta condecoração – a Torre e Espada – sem necessitar de qualquer distinção honorífica por exercício de função (neste caso de CEMGFA).

Nunca afrontou também, publicamente – na esfera institucional haverá, todavia, muita

coisa para se conhecer –, qualquer figura política, integrando-se naturalmente naquilo que se denominou de Estado de Direito Democrático.

Por tudo isto se percebe mal, porque os órgãos de soberania – Governo, Assembleia da República e Tribunais – não se fizeram representar no funeral de uma alta figura do Estado, que nunca deixou ficar mal a Nação, a República e as Forças Armadas.

O Presidente da República fez-se representar pelo chefe da Casa Militar e escreveu uma mensagem no sítio da Presidência (infelizmente o PR ainda não entendeu que uma mensagem destas só deve ser colocada no éter informático depois de ser assumida de viva voz...).

Cabe aqui perguntar, a talhe de foice, quais são os critérios que levam a que um cidadão português (sublinho o português, não vá um dia destes, colocarem lá um qualquer cidadão do mundo!) tenha direito a ser sepultado no Panteão Nacional. E se um militar também faz parte dos elegíveis.

E devemos regozijar-nos já que não houve nenhum escriba (enfim, que tivesse topado), ou força política que se tenha atrevido a contestar as honras militares dispensadas, nomeadamente pelos custos das salvas de artilharia, ou pela “violência” que representa mobilizar cidadãos soldados, a um domingo, para irem fazer essa coisa paleontóloga que tem o nome de ordem unida, sem sequer lhes pagarem horas extraordinárias.

Deve referir-se que o Exército esteve à altura dos acontecimentos.

Meu General foi um privilégio tê-lo conhecido e o “João” lembrá-lo-á para sempre.

Laus Deo.

* Tenente-coronel PilAv João José Brandão Ferreira, Sócio Efetivo da Revista Militar.